CELSO DE OLIVEIRA SANTOS

**TUTELA DA DEMOCRACIA NOS
TRIBUNAIS INTERNACIONAIS**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Associado Dr. Wagner Menezes

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2019**

CELSO DE OLIVEIRA SANTOS

**TUTELA DA DEMOCRACIA NOS
TRIBUNAIS INTERNACIONAIS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Internacional e Comparado, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Wagner Menezes.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2019

Catálogo na Publicação
Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Santos, Celso de O.

Tutela da Democracia nos Tribunais Internacionais / Celso de Oliveira Santos. -- São Paulo, 2019.

170 p. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Orientador: Associado Dr. Wagner Menezes.

1. Direito Internacional. 2. Democracia. 3. Autodeterminação dos povos.
4. Cláusulas democráticas. 5. Integração regional. 6. Tribunais internacionais.
I. MENEZES, Wagner, orient. II. Título.

SANTOS, Celso de Oliveira. Tutela da Democracia nos Tribunais Internacionais. Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Internacional e Comparado, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Wagner Menezes.

Aprovado em 22/03/2019.

Banca Examinadora:

Prof. Associado Dr. Wagner Menezes

Presidente

Orientador

Prof. Associada Dra. Maristela Basso

Membro Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Prof. Dra. Renata Álvares Gaspar

Membro Titular externa

Prof. Dr. Jorge Nogueira Fontoura

Membro Titular externo

Aos meus pais e aos meus irmãos.

Ao Professor Wagner Menezes.

Aos mestres e amigos do presente e do passado.

Às certezas.

Às dúvidas.

Noroc.

*La primera obligación de todo ser humano es ser feliz,
la segunda es hacer feliz a los demás*

Cantinflas

RESUMO

SANTOS, Celso de O. Tutela da Democracia nos Tribunais Internacionais. Mestrado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 18 de janeiro de 2019.

O presente estudo se concentra na análise das disposições referentes à promoção e à proteção do regime e dos ideais democráticos no Direito Internacional e a sua aplicação pelos tribunais internacionais, com ênfase nos sistemas global e latino-americano. A pesquisa se propõe a acompanhar uma perspectiva da construção do sistema jurídico-normativo internacional, em paralelo com ocorrência das ondas democratizadoras e, no caso da América Latina, dos movimentos sincrônicos da História política regional, para assim permitir a compreensão das experiências e valores sobre os quais se assentou a criação do lastro jurídico autorizador do tratamento normativo da democracia pelo Direito Internacional, bem como da sua aplicação pelos seus sujeitos legitimados, identificando, ao final, o alcance, o modo de funcionamento e a eficácia do tratamento jurídico e da tutela jurisdicional da democracia no Direito Internacional.

Palavras chave: Direito Internacional, democracia; autodeterminação dos povos; cláusulas democráticas; integração regional; tribunais internacionais.

ABSTRACT

SANTOS, Celso de O. Legal Protection of Democracy in International Tribunals. Master – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, January 18th, 2019.

This study is dedicated to an analysis of the provisions referring to the promotion and the protection of democratic rule and democratic ideals in International Law, as well as its application by international tribunals, with emphasis on global and Latin American systems. The research proposes to follow a perspective on the construction of international legal and normative framework, in parallel with waves of democratization and, in Latin America's case, with the synchronism of regional political History, in order to allow for the understanding of the experiences and values upon which lies the creation of the juridical framework on democracy in International Law, as well as its application by its able subjects, identifying, therefore, the scope, the method of operation and the legal effectiveness of legal treatment and judicial protection of democracy in International Law.

Key-words: International Law, democracy; self-determination; democratic clauses; regional integration; international tribunals.

LISTA DE SIGLAS

ACE-18	Acordo de Complementação Econômica n.º 18
AEC	Associação dos Estados do Caribe
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALBA-TCP	Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos
ALIDES	Aliança Centro-Americana para o Desenvolvimento Sustentável
CALC	Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento
CAN	Comunidade Andina de Nações
CARICOM	Comunidade e Mercado Comum do Caribe (hoje conhecida como Comunidade do Caribe)
CDI	Comissão de Direito Internacional (da Organização das Nações Unidas)
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIJ	Corte Internacional de Justiça
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (<i>Economic and Social Council</i>)
EUA	Estados Unidos da América
JID	Junta Interamericana de Defesa
MCCA	Mercado Comum Centro-Americano
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
ODECA	Organização dos Estados Centro-Americanos
OEA	Organização dos Estados Americanos
OECS	Organização dos Estados do Caribe Oriental
ONU	Organização das Nações Unidas
PARLACEN	Parlamento Centro-Americano
PO	Protocolo de Olivos

PU	Protocolo de Ushuaia
SELA	Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe
SICA	Sistema da Integração Centro-Americana
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TEC	Tarifa Externa Comum
TPR	Tribunal Permanente de Revisão (do MERCOSUL)
UIRA	União Internacional das Repúblicas Americanas
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
WVS	World Values Survey

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I – DEMOCRACIA E DIREITO INTERNACIONAL.....	23
1.1. Evolução Histórica do Conceito e Modelos de Democracia.....	23
1.2. A Democracia no Contexto das Relações entre o Direito Interno e o Direito Internacional.....	37
1.2.1. Relações entre o Direito Internacional e o Direito Interno.....	38
1.2.2. Democracia, Territorialidade e Soberania.....	41
1.3. Democracia, Direito Internacional e Direitos Humanos.....	49
1.4 Tratamento Jurídico da Democracia no Direito Internacional ao longo da História	56
CAPÍTULO II – A DEMOCRACIA E O DESENVOLVIMENTO DO DIREITO INTERNACIONAL NA AMÉRICA LATINA.....	67
2.1. As Relações Coloniais na América e o Nascimento do <i>Jus Gentium</i>	67
2.2. O Movimento de Independência das Colônias Ibéricas na América e o Neocolonialismo na Primeira Onda Democratizadora.....	75
2.3. Ascensão e Queda do Militarismo e Redemocratização da América Latina na Segunda Onda Democratizadora.....	80
2.4. Aprofundamento da Integração Regional na América Latina na Terceira Onda Democratizadora.....	96
CAPÍTULO III – TRATAMENTO JURÍDICO DA DEMOCRACIA NOS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA.....	109
3.1. Perspectivas sobre a Solução Internacional de Controvérsias.....	109
3.2 Tribunais Internacionais da América Latina e sua relação com a tutela da democracia pelo Direito Internacional.....	120
3.3 Atuação dos Tribunais Internacionais Latino-Americanos na Tutela da Democracia.	133
CONCLUSÃO.....	147
BIBLIOGRAFIA.....	153

INTRODUÇÃO

A democracia, cuja concepção se atribui a Aristóteles, ultrapassou a baixa popularidade ao longo da maior parte da História das sociedades organizadas, as incessantes e necessárias críticas doutrinárias e as dificuldades de implementação inerentes à participação humana na sua realização e tornou-se o regime de governo mais difundido ao redor do mundo na contemporaneidade, tempo em que se percebe a que multiplicação e intensificação das relações intersubjetivas ao redor do planeta causou inegáveis (e inevitáveis) impactos na reorganização da sociedade tecnologicamente revolucionada, e, via de consequência, na maneira como o Direito se constrói e se aplica, tanto como na dinâmica da política tanto global quanto interna dos países. A questão democrática, então, protagonizou abordagens frequentes nos noticiários, nas manifestações coletivas, nos discursos políticos e até nas comunicações oficiais governamentais, revelando preocupações acerca da sua existência, manutenção e relevância.

Tal preocupação se traduz de diversas maneiras, tendo a democracia sido apresentada como matéria de Direito doméstico, como objeto de normas internacionais, como regime de governo, como conjunto de valores e ideais, como bem jurídico a ser protegido doméstica e internacionalmente e, em recentes situações extremadas, até mesmo como motivação de intervenção em Estados, como ocorrido no Oriente Médio, gerando grandes repercussões tanto em favor quanto contrárias às iniciativas internacionais desenvolvidas nos contextos da Guerra do Iraque e da Primavera Árabe, por exemplo. Também nos últimos anos, a título de variação dos exemplos, observou-se a dedicação de atores que operam o Direito Internacional à democracia, seus elementos e aspectos, em situações como o impeachment do presidente paraguaio Fernando Lugo, em 2012, a independência do Kosovo, em 2008, e a criação em maior escala, e com maior profundidade, de normas de Direito Internacional dedicadas ao tema, que se inserem na competência de diversos tribunais internacionais, como é o caso das cláusulas democráticas adotadas pelas organizações internacionais de integração regional no continente americano e na Europa.

O crescimento da popularidade do regime democrático ao redor do globo, em especial a partir do século XIX, se fez acompanhar de diversas transformações pelas quais o Direito Internacional, tanto enquanto ciência quanto enquanto sistema jurídico-normativo, revelando, por um lado, a ruptura do paradigma estatocêntrico praticado no Direito Internacional Clássico desde Jellinek, mas, por outro, não sendo na contemporaneidade possível negar a íntima relação que guardam a democracia e a soberania, ambas profundamente ligadas à estrutura dos Estados e com

evidente influência no seu comportamento perante os demais sujeitos do Direito Internacional.

Admite-se, então, que no atual contexto de pluralização de sujeitos e fontes do Direito Internacional, o inegável ganho de relevância dos Direitos Humanos, a proliferação das organizações internacionais e o surgimento de diversos novos tribunais internacionais, é possível afirmar que todas essas novas realidades, combinadas, superaram o teor doméstico dos debates acerca da existência, manutenção e desenvolvimento da democracia nos Estados de modo a legitimar, com a criação de normas de Direito Internacional respectivas, que os tribunais internacionais a decidam sobre o tema.

Na América Latina, esta tendência deu muitos frutos em razão do surgimento de diversos processos de integração regional que foram iniciados, em maioria, a partir do século XX, que por sua vez encontra suas raízes na Carta da Jamaica, sendo então que das identidades históricas, políticas e jurídicas entre os Estados da região nasceram organizações e tribunais internacionais com vocação congênita para a defesa da democracia, permitindo-lhes avançar por esta seara.

Entretanto, sabendo-se que o Direito Internacional se trata de um sistema descentralizado que regula sujeitos intrinsecamente políticos, a eficácia e a extensão da proteção internacional da democracia se põem à prova, de sorte que, diante da ocorrência de rupturas, interrupções e ameaças ao regime democrático, seja destacadamente ou no contexto dos intervalos dos ciclos identificados como ondas democratizadoras, impõe-se o desafio de normatizar internacionalmente a respeito de tema inexoravelmente ligado à organização interna dos Estados soberanos e às suas relações com os seus povos, de quem o poder soberano emana originariamente, embora paradoxalmente, lhe seja usurpado de modo a dificultar a sua reobtenção.

A defesa da democracia pelo Direito Internacional nestas situações em que o acesso dos povos à sua soberania é cerceado institucionalmente, pode também ser entendida como tutela ao passo que, nessas circunstâncias, em que se observa frequentemente a aplicação de políticas públicas repressivas e utilização de recursos

institucionais e contingentes policiais e militares contra iniciativas de oposição política, os povos devem ser visualizados não somente como fonte coletiva do poder soberano, mas também como conjunto de indivíduos hipossuficientes em relação ao Estado e sem suficiente acesso às suas estruturas burocráticas para defender-se de maneira apropriada e por vias pacíficas.

Na seara da tutela da democracia no âmbito do Direito Internacional, então, os Tribunais Internacionais podem atuar como profícua ferramenta de reafirmação e implementação do arcabouço normativo, principiológico e costumeiro que o permeia, uma vez que, exercendo a função jurisdicional e tendo os Estados voluntariamente submetidos a eles, estes órgãos são capazes de, muito além de dar solução às demandas recebidas, interpretar sistematicamente o Direito Internacional circunscrito às suas competências para oferecer condições de avanço na frente da defesa da integridade democrática em favor do povo, mais que do Estado, cuja atividade, em situações de anormalidade, representa tão somente os agentes em controle das instituições, em detrimento da expressão da soberania.

O presente estudo propõe, então, com respaldo em um panorama histórico, político e geográfico, testar a viabilidade e os limites do tratamento jurídico dispensado à democracia como via de tutela, nos moldes explicitados, de sorte que necessariamente serão perpassadas diversas questões que se erguem quase imediatamente diante da confrontação entre a presença do Direito Internacional em temas que permeiam a organização dos Estados, a saber, por exemplo: (i) Como a democracia é concebida pelo Direito Internacional na atualidade?; (ii) Ao Direito Internacional interessa verdadeiramente a promoção da democracia como regime de governo?; (iii) Como a proteção internacional da democracia pode ser harmonizada com a defesa da soberania dos Estados?; (iv) Qual é a relação entre a democracia e os direitos humanos, e, via de consequência, qual é a relação entre a proteção internacional dos direitos humanos e as normas que versam sobre democracia?; (v) Quais são e como surgiram as normas e princípios de Direito Internacional que versam sobre a democracia?; (vi) Sobre que conteúdos da democracia se debruçam tais fontes?; (vii) Quais são as semelhanças e quais são as diferenças entre o desenvolvimento do Direito Internacional geral e na América Latina?; (viii) Qual foi o impacto destas particularidades do Direito Internacional latino-americano na construção dos Tribunais Internacionais e das normas internacionais sobre democracia?; (ix) Como se opera a aplicação dos princípios e normas de Direito Internacional sobre democracia nos Tribunais internacionais?; e, por derradeiro: (x) Qual é o conteúdo e a eficácia da tutela da democracia nos tribunais internacionais?

As respostas destes questionamentos, evidentemente, não podem ser oferecidas pronta e simplesmente, em especial tratando-se de matéria que se transformou com o passar do tempo, sendo indispensável aportes multidisciplinares sobre questões históricas, políticas, geográficas, econômicas, sociológicas, antropológicas e filosóficas, que necessariamente refletem na construção do Direito. Por esta razão, o presente estudo hipotético-dedutivo tem natureza simultaneamente exploratória e explicativa, de sorte que se exploraram fontes bibliográficas e documentais, além de estudos de caso para procurar responder às indagações que permeiam o objeto central da pesquisa.

No primeiro capítulo, se procederá a descrição da evolução histórica do conceito e dos modelos de democracias desde a sua concepção aristotélica, e, em seguida, tratar-se-á dos aspectos fundamentais da História e da evolução do Direito Internacional para estabelecer as bases conceituais para o desenvolvimento da pesquisa proposta de modo mais consistente. Além disso, o capítulo será também dedicado a compreender como se dá a inserção da democracia entre os temas tratados pelo referido ramo da ciência jurídica, revisitando os paradigmas do Direito Internacional Clássico que foram superados para delinear a sua concepção hodierna, a exemplo da soberania e da territorialidade, que são fatores-chave para que se atinja a democracia como objeto do Direito Internacional Público Contemporâneo. Esse capítulo, por derradeiro, também demonstrará de que maneira se operou a produção normativa e a atuação de organizações internacionais em defesa da Democracia no contexto global, sem deixar de contemplar a relação entre esta e os Direitos Humanos.

Percorrido este caminho inicial, o segundo capítulo será destinado a detalhar a dinâmica da tutela da democracia pelo Direito Internacional especificamente na América Latina, em razão do volume de organizações e tribunais internacionais existentes na região, bem como das identidades históricas e políticas que influenciaram o desenvolvimento do quadro jurídico da região, analisando em ordem cronológica as iniciativas empreendidas com esse objetivo para estabelecer um arcabouço principalmente de normas e princípios que a fundamente. O segundo capítulo, então, é dividido em função dos períodos de tempo em que os Estados latino-americanos encontravam-se em semelhantes situações políticas ao longo da História, que se

denominou “movimentos sincrônicos”, sendo contextualizada em cada um destes períodos a situação em que se encontrava o desenvolvimento do Direito Internacional na região, os processos de regionalismo, a criação de normas regionais para a proteção da democracia e a atuação das organizações internacionais da região no tema.

O terceiro e último capítulo será dedicado, então, à contextualização da jurisdição internacional e da criação dos tribunais internacionais de vocação universal e daqueles latino-americanos, seguida da análise da atuação dos tribunais internacionais no que concerne à aplicação do aparato descrito nos capítulos anteriores em casos em que a democracia figurou como tema nas discussões e nas respectivas decisões, bem como dedicar-se-á, ainda, à aferição da efetividade dessa atividade jurisdicional.

Desta feita, o objetivo do presente estudo não é o de formular um atlas completo da proteção da democracia no Direito Internacional, mas identificar qual é a sua medida nos dias atuais, bem como compreender as bases da sua construção, o que tornará possível verificar, em última análise, o conteúdo e a efetividade da tutela da democracia pelos tribunais internacionais.

CONCLUSÃO

Muito embora ao longo dos séculos a democratização dos Estados ao redor do planeta tenha se operado em ciclos de avanços e retrocessos, da mesma maneira como a maioria dos processos de transformação estrutural que se observou na História das civilizações organizadas, a ocorrência de rupturas, interrupções e ameaças à manutenção da ordem democrática nunca foi capaz de minar a valorização dos ideais de liberdade e igualdade sob cujo signo navegam os regimes democráticos desde a Antiguidade.

Por esta razão, também desde muito cedo os povos aprenderam a defender sua liberdade, a princípio por meio do emprego da violência e das guerras, até que se desenvolvessem os mecanismos de solução pacífica de controvérsias. A defesa da liberdade também reflete, na seara do Direito Internacional, no reconhecimento e na valorização do princípio da autodeterminação dos povos, consubstanciados, por exemplo, na Carta de Washington de 1941 e na Opinião Consultiva sobre a Legalidade da Declaração Unilateral de Independência do Kosovo conforme o Direito Internacional da Corte Internacional de Justiça.

Na América Latina especialmente, as organizações internacionais de integração regional, que foram construídas sob a influência do pan-americanismo e do bolivarianismo, que, apesar dos pontos antagônicos, são doutrinas fundamentadas em um senso de preservação da liberdade contra as antigas metrópoles e contra influências externas que sejam potencialmente nocivas ao exercício da soberania reconquistada pelos povos latino-americanos somente após três séculos de subjugação. Esta tradição de defesa da soberania dos Estados que se faz presente na América Latina se traduz, no Direito Internacional da atualidade, sob a forma de cláusulas democráticas no âmbito das organizações internacionais da região, que se prestam a instrumentalizar a proteção da democracia nos Estados contra a atuação de agentes políticos internos ou externos que interfiram ou usurpem o exercício da soberania popular.

É também em decorrência do fato de que as democracias latino-americanas já sofreram perturbações de gênese doméstica múltiplas vezes que se faz profundamente necessária a existência deste arcabouço normativo e principiológico internacional e regional para proteger o exercício da soberania popular, expressão da autodeterminação e, em última análise, reflexo coletivizado da liberdade individual, para proteger os regimes

democráticos e os direitos humanos dos indivíduos na região. Isto, aliás, se verifica nas declarações dos órgãos deliberativos das organizações internacionais acerca da manutenção da ordem democrática nos seus Estados membros, bem como, em hipóteses mais raras, nas manifestações dos tribunais internacionais a respeito da matéria.

Neste compasso, a proteção internacional da democracia não deve ser entendida como violação a soberania interna, em razão do fato de que, levando-se em conta que contempla, por meio da proteção dos seus aspectos procedimentais, o conteúdo de direitos materiais a ela atrelados, uma vez que a proteção destes últimos reside, domesticamente, na própria estrutura formal que garante a regularidade da representação da vontade popular na atuação das instituições democráticas. A proteção da democracia por meio de normas e princípios de Direito Internacional, então, possui uma dimensão de tutela, objeto central deste estudo, na qual se presta a proteger, por força da atuação das organizações e, principalmente, dos tribunais internacionais e com base nas normas e princípios respectivos de Direito Internacional, a integridade democrática dos Estados contra aquelas forças que se opuserem a ela de maneira que obste ao povo manifestar soberanamente a sua eventual discordância e promover a consequente alteração correlata.

Com este espírito, o primeiro capítulo deste trabalho se dedica, a princípio, a desenvolver o conceito e os modelos de democracia praticados ao longo da História para então analisar a sua compatibilidade com princípios e institutos de Direito Internacional, esclarecendo a legitimidade e a necessidade de o Direito Internacional contemplar a promoção da democracia, que se opera no contexto do sistema jurídico-normativo constituído nos últimos séculos, particularmente a partir da criação da Organização das Nações Unidas, por meio do desenvolvimento do princípio da autodeterminação dos povos, da valorização e afirmação da proteção dos direitos humanos, e da constituição de cláusulas democráticas e normas sobre a democracia procedimental nas organizações internacionais.

Construída a fundação teórica desta pesquisa e demonstrado desenvolvimento da proteção da democracia no cenário global, o segundo capítulo analisa mais detalhadamente o seu desenvolvimento na América Latina, marcado pelas influências tanto das ondas democratizadoras quanto dos movimentos sincrônicos da história política regional, que atravessou os séculos de marginalização para, com o surgimento das iniciativas de integração regional, abrir caminho para a proteção da democracia procedimental no âmbito das organizações internacionais tanto pela via normativa quanto pela via da tutela jurisdicional, repisando a convergência entre os ideais democráticos, os direitos humanos e os propósitos da integração entre Estados, além das necessidades políticas idiossincráticas da região no que se refere aos ciclos democráticos que não raro resultam lesões aos regimes latino-americanos, às quais o Direito Internacional já é capaz de

responder, conforme demonstrado, por meio da aplicação das normas respectivas e da atuação das organizações internacionais da região.

Por derradeiro, o terceiro capítulo do estudo transpõe o quanto teorizado nos capítulos anteriores para o ambiente jurisdicional, de sorte que, após compreender o desenvolvimento da jurisdição no Direito Internacional e a criação dos tribunais internacionais neste contexto, foram apreciados exemplos de manifestações dos tribunais internacionais em defesa da democracia. Ficou demonstrado, então, que tal se deu tanto pela frente principiológica, no caso da Opinião Consultiva da Corte Internacional de Justiça a respeito da legalidade da declaração de independência do Kosovo perante o Direito Internacional, quanto pela aplicação das cláusulas democráticas e pela defesa das estruturas da democracia procedimental nos casos Paraguai Vs. Argentina, Brasil e Uruguai, julgado pelo Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL, e Tribunal Constitucional Vs. Peru, julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Também neste capítulo se esclarece a necessária diferenciação a ser feita entre estes casos e os vários outros que versam sobre direitos humanos em abordagem material em razão do fato de que a construção normativa a respeito destes temas se deu separadamente, oportunizando a sua contemplação cada um em suas instâncias especializadas à vista da grande variação tanto de conteúdo quanto de profundidade existente na abordagem normativa dos direitos humanos em cada organização internacional da região e da maior uniformidade que apresenta ao contemplar os aspectos procedimentais e institucionais da manutenção dos regimes democráticos, em que pese a intrínseca conexão entre a realização destes e a da democracia em seu ótimo paretiano, decorrente da coincidência de direitos e valores cuja efetivação se apresenta como condição para que se realizem.

Nesta cadência, ficou compreendido que a democracia pode ser entendida, em sua polissemia, como um regime de governo, como um conjunto de valores e ideais e como um bem jurídico cuja proteção interessa profundamente ao Direito Internacional, simultaneamente, e que, enquanto bem jurídico, a concepção biparte de suas dimensões procedimental e material aproveita ao desenvolvimento do seu próprio tratamento na seara do Direito Internacional, de sorte que a proteção da democracia procedimental encontra respaldo principalmente nas chamadas cláusulas democráticas e nas normas correlatas, além de no princípio da autodeterminação dos povos, enquanto, por outro lado,

a efetivação da democracia chamada material ficou relegada aos sistemas de proteção dos direitos humanos.

Esclareceu-se que a soberania dos Estados não obsta a proteção da democracia nos seus âmbitos, a uma porque esta lhes é de próprio interesse, a duas porque o núcleo da proteção da democracia procedimental é a preservação da própria soberania e do seu regular exercício pelo povo e, a três, porque com efeito no Direito Internacional já foi superada a hipótese de violação da soberania nacional pela simples submissão dos Estados às normas, organizações e tribunais internacionais desde o desenvolvimento das teses voluntaristas.

Em momento posterior, verificamos que as normas internacionais que promovem a defesa da democracia procedimental descendem da afirmação do princípio da autodeterminação dos povos na Carta de Washington de 1941, na Carta da Organização das Nações Unidas e nas Resoluções 1514 e 1541 da Assembleia Geral da ONU, tendo refletido, em escala regional, na proteção dos mecanismos institucionais que viabilizam a garantia da realização do direito então reconhecido à autodeterminação titularizado pelos povos e executado pelos Estados. Gize-se que, particularmente na América Latina, em que pese o fato de que os valores democráticos se tornaram caros desde muito cedo, a implementação do regime somente se deu conforme os ciclos das ondas democratizadoras atingiam a região, sendo que estes processos se faziam acompanhar, com pouco atraso, de iniciativas de aprofundamento e universalização da integração regional latino-americana e de normatização da proteção dos direitos humanos e da democracia procedimental, originando assim diversos sistemas de proteção no âmbito de cada organização internacional da região e tendo sido verificado o seu funcionamento por meio dos exemplos ventilados.

Por derradeiro, foi observado que os tribunais internacionais, cuja criação também acompanhou o aprofundamento dos regionalismos e do tratamento normativo internacional da democracia, exercendo sua jurisdição nos limites dos sistemas institucionais sobre que se apoiam, detêm legitimidade e recursos jurídicos para decidir a respeito da manutenção da democracia, havendo lastro normativo para tal, bem como já o fizeram, seja por meio da prestação jurisdicional nos sistemas de direitos humanos para contemplar a dimensão material da democracia, ou aplicando as cláusulas democráticas e demais normas atinentes no quadro normativo à sua disposição na proteção da democracia procedimental.

É possível afirmar, desta maneira, sobre o conteúdo da promoção da democracia no Direito Internacional, o que necessariamente inclui as hipóteses de tutela, que se encontram contempladas sim ambas suas dimensões procedimental e material, tendo-se em consideração, contudo, que esta promoção, via de regra, se opera por vias distintas. Neste sentido, também se afirma que, no que se refere à tutela da democracia no Direito Internacional, referindo-se a proteção

oferecida pelo seu sistema jurídico-normativo, materialmente, à proteção das instituições democráticas e da garantia do seu funcionamento em prol da realização da representação da soberania popular pelo exercício do seu poder pelos agentes em controle destas instituições, de sorte que, a estas normas, interessa alcançar o conteúdo da democracia procedimental mais que a material, enquanto o contrário ocorre nos sistemas de direitos humanos.

Até o presente momento, o Direito Internacional, então, encontrou caminhos para desenvolver mecanismos legítimos, estruturados, juridicamente fundamentados e eficazes, na medida em que sua aplicação, apesar de não ter sido unanimemente provocada e das limitações impostas ao próprio Direito Internacional na atualidade como a sua descentralização e a grande diversidade de sistemas jurídicos que o integram, se deu nas organizações internacionais e, principalmente nos tribunais internacionais, conforme se analisou no derradeiro capítulo deste estudo, de maneira a procurar sempre expandir o seu próprio alcance, ao exemplo do Laudo 1/2012 do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL, em que o Tribunal, ainda que impossibilitado de apreciar o mérito da demanda, registrou na decisão a afirmação da sua competência *ratione materiae* e, ainda, detalhou o procedimento a ser utilizado e os critérios mínimos para que se admitisse novas contendas sobre a temática no futuro, dando dois passos à frente na uniformização e na verificação da aplicabilidade da norma regional em decisão que, sem análise meritória, poderia ter sido esvaziada deste conteúdo.

Na atualidade, às vistas da preocupação com a chegada de um novo inverno de crises das instituições, e, principalmente, dos valores democráticos, a consolidação da tutela da democracia pelos tribunais internacionais é sinal de que o Direito Internacional, nas idas e vindas das ondas democratizadoras e dos períodos de crises dos regimes por elas originados, das guerras e da colonização, se estabeleceu com suficiente firmeza para que se erguesse o lastro jurídico sem o qual aquela não seria possível e para demonstrar a viabilidade e a eficácia da sua aplicação.

É também fato, contudo, que as experiências de tutela da democracia pelos tribunais internacionais demonstraram também que o sistema que a sustenta comporta aprofundamento, senão pela baixa incidência de provocação das suas jurisdições, para melhor contemplar também aspectos da democracia material. Mesmo assim, é possível afirmar com clareza que os recursos disponíveis atualmente para a proteção da

democracia no Direito Internacional já são suficientes para que as organizações e os tribunais internacionais se envolvam nestas questões.

De toda sorte, o Direito Internacional só responderá com o tempo, como sempre respondeu, quanto ainda tarda o dia em que todos os povos encontrarão no seu âmbito a necessária proteção das suas liberdades, consubstanciadas nos regimes democráticos e também individuais, para que possam se desenvolver pacífica e igualitariamente. A nós, seus estudiosos, resta prosseguir em nosso ofício para, assim, procurar auxiliar na construção de um futuro livre, igual e justo, como deve ser a democracia, com pés firmes nos ensinamentos que o passado nos oferece e que os pensadores desta e de outras épocas desenvolveram a seu respeito.

BIBLIOGRAFIA

ABASS, Ademola. **International Law: Text, Cases, and Materials**. Second edition. Oxford, Inglaterra: Oxford University Press, 2014.

ALEIXO, José Carlos Brandt. **Mercado Comum Centro-Americano**. In: R. Inf. legisl. Brasília a. 21 n. 81 jan./mar. 1984.

ALIANÇA BOLIVARIANA PARA OS POVOS DE NOSSA AMÉRICA. **Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP)**. 29 de abril de 2006. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20170503153246/http://alba-tcp.org:80/content/acuerdo-para-la-aplicaci%C3%B3n-de-la-alternativa-bolivariana-para-los-pueblos-de-nuestra-am%C3%A9rica>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

ALIANÇA DO PACÍFICO. **Tratado Marco da Aliança do Pacífico**. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/download/acuerdo-marco-de-la-alianza-del-pacifico/>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A América Latina no cenário internacional, a um século de distância**. Revista Eletrônica de Direito Internacional , v. 15, p. 15-28, 2015.

ANDRASSY, Georges. La souveraineté et la Société des Nations. **Recueil des Cours. Academie de Droit International de la Haye**. Volume 61, 1937-III, pp. 637-762.

ARANTES, Patricia Nunes. **Integração Econômica Regional e América Latina**. In: MENEZES, Wagner. **A contribuição da América Latina para o Direito Internacional: o princípio da solidariedade**. 2007. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.84.2007.tde-10102012-172431. Acesso em 15 de janeiro de 2019. ,

Wagner; PEREIRA, Ana Cristina Paulo. *Direito e relações internacionais na América Latina*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. pp 517 a 525.

ARCENEUX, Craig; PION-BERLIN, David. **Issues, Threats, and Institutions: Explaining OAS Responses to Democratic Dilemmas in Latin America**. In: *Latin America Politics and Society*. Vol. 49, n.º 2.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução do grego, introdução e notas do Prof. Mário da Gama Kury. 3 ed.. Brasília: UNB, 1997.

ASSEMBLEIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 1514 de 14 de dezembro de 1960 “Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais”**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/decolonization/declaration.shtml>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Resolução 1541 de 15 de dezembro de 1960**. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1541\(XV\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1541(XV))>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

ASSOCIAÇÃO DOS Estados DO CARIBE. **Convenção da Associação dos Estados do Caribe**. 24 de julho de 1994. Disponível em: <<http://www.acs-aec.org/index.php?q=documents/legal/1994/convention-establishing-the-association-of-caribbean-states-ac>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO. **Acordo de Complementação Econômica n.º 18**. Disponível em: <<http://www.aladi.org/nsfaladi/textacdos.nsf/0f226c9002f6aebf03257491004226fe/49efa678bc0690cb03257742004a7d81?OpenDocument>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

BARBOSA, Rubens. **Mercosul e a integração regional**. São Paulo: IMPRENSA OFICIAL SP, 2013.

BARROSO, Luís Roberto. **Temas de direito constitucional** – Tomo II. Rio: Renovar, 2003.

BASSO, Maristela. Mercosul: **Do passado ao futuro**. In BASSO, Maristela (org.). Mercosul - Mercosur: Estudos em Homenagem a Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Atlas, p. 23-35, 2007.

BENTHAM, Jeremy. **An Introduction to the Principles of Morals and Legislation**, ed. J.H. Bums and H.L.A. Hart, 1970.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 12. ed. Brasília: UnB, 1999.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**, 17ª ed. São Paulo, Malheiros, 2010.

BOLÍVAR, Simón. **Carta de Jamaica**. Disponível em: <http://www.bolivar.ula.ve/cgi-win/be_alex.exe?DESCRIPTOR=cartas&operador_2=and&term_campo_2=materia&term_termo_2=Carta+de+Jamaica&term_tipo_2=Palavra&nombred=bolivar&icono=cartas.gif&recuperar=15>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

CANÇADO TRINDADE, A.A. **International Law for Humankind: Towards a New *Jus Gentium***. *Reccueil des Cours. Académie de la Haye*. Volume 215 (I). 2006-I.

_____. **A Humanização do Direito Internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

_____. **Prefácio**. In: VITORIA, Francisco de, 1486-1546. **Relecciones : sobre os índios e sobre o poder civil**. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2016.

CAPUCIO, Camilla. **Apontamentos sobre Francisco de Vitória e Francisco Suarez: construção doutrinária e fundamento do *Jus Gentium***. In: MENEZES,

Wagner. (Org.). *Direito Internacional Clássico e seu fundamento*. 1ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014, v. 1.

CARRILLO-SALCEDO, Juan-Antonio. *Droit international et souveraineté des états: cours général de droit international public. Recueil des Cours. Académie de Droit International de la Haye*. Volume 257, 1996.

CASELLA, Paulo Borba. *Direito Internacional dos Espaços*. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2009. pl

_____. *BRIC: Uma perspectiva de cooperação internacional*. São Paulo: Atlas, 2011.

CASSIN, Rene. *La Déclaration universelle et la mise en oeuvre des droits de l'homme. Recueil des cours. Académie de Droit International de la Haye*, 1951.

COMUNIDADE ANDINA DE NAÇÕES. *Tratado de Criação do Tribunal de Justiça do Acordo de Cartagena*. 28 de maio de 1979. Disponível em: <<http://www.tribunalandino.org.ec/itstudio/pdfs/TCreacionTJCA.pdf>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. *Declaração de Cuzco*. 08 de dezembro de 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20041213041318/http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/cusco_sudamerica.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. *Declaração de Machu Picchu sobre a Democracia, os Direitos dos Povos Indígenas e a Luta contra a Pobreza*. 30 de julho de 2001. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/StaticFiles/DocOf/DINFORMATIVO329.pdf>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

COMUNIDADE ANDINA DE NAÇÕES. *Carta de Conduta de Riobamba*, 15 de março de 1980. <<https://afese.com/img/revistas/revista44/riobamba.pdf>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Compromisso da Comunidade Andina pela Democracia.** 10 de junho de 2000. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/Normativa.aspx?link=TP>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Acordo de Cartagena.** 25 de maio de 1969. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/Documentos.aspx>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

COMUNIDADE DE Estados LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS. **Declaração de Caracas.** 02 e 03 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_CELAC/DECARAC.2011ESP.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

COMUNIDADE E MERCADO COMUM DO CARIBE. **Acordo estabelecendo a Corte de Justiça do Caribe.** 16 de abril de 2005. Disponível em: <<http://www.ccj.org/court-instruments/the-agreement-establishing-the-ccj>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Carta da Sociedade Civil.** 19 de fevereiro de 1997. Disponível em: <<https://caricom.org/store/charter-of-civil-society>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Tratado de Chaguaramas.** 04 de julho 1973. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20111110061815/http://www.caricom.org/jsp/community/revised_treaty-text.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Tratado da União Europeia.** 7 de Fevereiro de 1992. Disponível em: <https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_on_european_union_pt.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

CONVENÇÃO PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA CORTE DE JUSTIÇA CENTRO-AMERICANA. 20 de janeiro de 1908. Disponível em: <<http://www.csj.gob.sv/Bvirtual.nsf/f8d2a0b5ee4651a386256d44006c123c/c9192ddf3a0eedb706256b41006f5ed1?OpenDocument>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Supervisão de Cumprimento de Sentença do Caso “Tribunal Constitucional Vs. Peru”. Sentença de 05 de agosto de 2008. Disponível em: <http://corteidh.or.cr/docs/supervisiones/tribunal_05_08_08.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Caso Vladimir Herzog e outros Vs. Brasil.** Sentença de 15 de março de 2018. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_154_esp.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2019. p. 101.

_____. **Caso Almonacid Arellano e outros Vs. Chile.** Sentença de 26 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_154_esp.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2019. §. 99, 105, 111.

_____. **Caso Tribunal Constitucional Vs. Peru. Sentença de 31 de janeiro de 2001.** Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_71_esp.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2019. §§. 1 e 2.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Accordance with International Law of the Unilateral Declaration of Independence by the Provisional Institutions of Self-Government of Kosovo (Request for Advisory Opinion). Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/141/15567.pdf?PHPSESSID=1e880c2f287a3433c2223b34165318ef>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **“Request for Advisory Opinion”** in: Accordance with International Law of the Unilateral Declaration of Independence by the Provisional Institutions of Self-Government of Kosovo (Request for Advisory Opinion). Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/141/15567.pdf?PHPSESSID=1e880c2f287a3433c2223b34165318ef>>.

cij.org/docket/files/141/15567.pdf?PHPSESSID=1e880c2f287a3433c2223b34165318ef
>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

CORTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL. **Caso Lótus**. Decisão proferida em 7.9.1927, p. 18 e 19. Disponível em: <http://www.icj-cij.org/pcij/serie_A/A_10/30_Lotus_Arret.pdf>. Acesso em 01 de julho de 2017.

DAHL, Robert. A. **Poliarquia**. Participação e Oposição. LIMONGI, Fernando (pref.), PACIORNIK, Celso Mauro (trad). 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. 28ª Ed., São Paulo, Saraiva, 2009.

DE VISSCHER, Paul. Cours général de droit international public. *Recueil de s Cours. Academie de Droit International de la Haye*. Volume 136, 1972-II.

DIMOULIS, D.; MARTINS, L. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. Ibidem. p. 33

FAVRE, Henri. **A Civilização Inca**. Trad. Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004.

FLEINER-GERSTER, Thomas. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GOOGLE. **Google Trends**. <<https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&q=democracy>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

GRINOVER, Ada Pellegrini, DINAMARCO, Cláudio Rangel e CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. **Teoria Geral do Processo**. 20.ª edição, revista e atualizada. São Paulo: Malheiros, 2004.

GRÓCIO, Hugo. **O Direito da Guerra e da Paz**. Trad. Ciro Mioranza. v. 2. Ijuí: Ed. Ijuí, 2005.

GUIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

HELD, David. **Models of Democracy**. Redwood City, California, EUA: Stanford University Press, 2006.

J. A. da SILVA. **O Sistema representativo, democracia semidireta e democracia participativa**. In: Revista do Advogado, Ano XXII, nº73, AASP, São Paulo, 2003.

JELLINEK, Georg. **Sistema dei Diritti Pubblici Subbiettivi**. Tradução de Gaetano Vitagliano. Milão: Società Editrice Libreria, 1912.

JESSUP, Philip. **Direito Transnacional**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

INGLEHART, R., C. HAERPFER, A. MORENO, C. WELZEL, K. KIZILOVA, J. DIEZ-MEDRANO, M. LAGOS, P. NORRIS, E. PONARIN & B. PURANEN et al. (eds.). **World Values Survey: Round Six - Country-Pooled Datafile Version**. Madrid: JD Systems Institute, 2014. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV5.jsp>>. Acesso em 4 de novembro de 2018.

KELSEN, Hans. **A democracia**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. Les rapports de système entre le droit interne et le droit international public. **Recueil des Cours. Académie de Droit International de la Haye**. Volume 14 (1926-IV) .

_____. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KLEFFENS, Eelco Nicolaas van. **Sovereignty in international law: five lectures**. **Recueil des Cours. Académie de Droit International de la Haye**. Volume 82, 1953-I.

KOROWICZ, Marek Stanislaw. Some present aspects of sovereignty in international law. **Recueil des Cours. Academie de Droit International de la Haye**. Volume 102, 1961-I,

LAUTERPACHT, H.. The international protection of human rights. **Recueil des cours. Académie de Droit International de la Haye**. Volume 70 (1947-I).

MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. **A América Latina Inventou o Direito Internacional**. In: POMPEU, Gina Marcílio; SAMPAIO, Natércia; MENEZES, Wagner. (orgs.) *Comércio, Globalização e Formação do Capital Social*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.

MACHADO, Diego Pereira e DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **Direito da Integração, Direito Comunitário, MERCOSUL e União Europeia**, pp. 27 e 28. Salvador: Jus Podivm, 2011.

MAGALHÃES, José Carlos de. **O Mundo no Século XXI**. In: RAMOS, André de Carvalho (Org.). *Direito Internacional Privado: Questões controvertidas*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.

MAISONETT, Luiz Henrique. **Um panorama histórico do Direito Internacional Econômico: desafios para um mundo globalizado**. In: RIDB, Ano 1 (2012), nº 8.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 15.^a edição revista e ampliada, I Volume.. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MENEZES, Wagner. **Ordem global e Transnormatividade**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

_____. **A contribuição da América Latina para o Direito Internacional: o princípio da solidariedade**. 2007. Tese (Doutorado em Integração da

América Latina) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.84.2007.tde-10102012-172431. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Tribunais Internacionais: Jurisdição e Competência.** São Paulo: Saraiva, 2013.

MERCADO COMUM DO SUL. **Tratado de Assunção.** 26 de março de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0350.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Protocolo de Las Leñas.** 27 de junho de 1992.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0350.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Declaração Presidencial Sobre Compromisso Democrático No Mercosul.** 25 de junho de 1996. Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/file/4677/1/cmc_1996_acta01_declarapresiden_pt_compdemocratico.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

MERCADO COMUM DO SUL. **Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile.** 24 de julho de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4210.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Protocolo de Olivos.** 18 de fevereiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D4982.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2019. Artigos 4 e 5.

_____. **Protocolo de Olivos.** 18 de fevereiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D4982.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2019. Artigos 9 a 16.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. **ESTUDO INTRODUTÓRIO I: Francisco de Vitoria, precursor e atual.** In: VITORIA, Francisco de, 1486-1546. **Relectiones : sobre os índios e sobre o poder civil.** Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2016.

NETO, Helmut S. **Principais influências do *Jus Gentium* Romano na Obra “O Direito da Guerra e da Paz” de Hugo Grócio.** In: MENEZES, Wagner (org). **Direito Internacional Clássico e seu Fundamento.** Belo Horizonte: Editora Arraes, 2014.

OLIVEIRA, David Barbosa de. **Julgamentos das Leis de Anistia pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e os Esforços da Sociedade Civil na Justiça de Transição da Argentina e do Peru.** In: Revista Direitos Humanos e Democracia. v. 6. n. 11. 2018 ISSN 2317-5389 p. 20.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas.** 26 de junho de 1945. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Report of the International Law Commission on the work of its fortieth session, 9 May – 29 July 1998, Official Records of the General Assembly, Forty-third session, Supplement No. 10.** Disponível em: <http://legal.un.org/docs/?path=../ilc/documentation/english/reports/a_43_10.pdf&lang=EFX>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS Estados AMERICANOS. **Carta da Organização dos Estados Americanos** . 30 de abril de 1948. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos.** 22 de novembro de 1969. Disponível em:

<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos "Protocolo de Cartagena das Índias"**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97559.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos "Protocolo de Washington"**. 14 de dezembro de 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2760.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Resolução n.º 1.080 da Assembleia Geral dos Estados Americanos**. Texto certificado constante no primeiro volume das atas e documentos da 21ª sessão ordinária, no Chile. p. 4-5. Disponível em: <<http://scm.oas.org/pdfs/agres/ag03805S01.PDF>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Carta Democrática Interamericana**. 11 de setembro de 2001. Disponível em: <http://www.oas.org/OASpage/port/Documents/Democractic_Charter.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS Estados CENTRO-AMERICANOS. **Carta da Organização dos Estados Centro-Americanos (Carta de São Salvador)**. 13 de dezembro de 1991. Disponível em: <<http://www.rijia.org/assets/1carta-de-la-organizacion-de-la-odeca.pdf>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Carta da Organização dos Estados Centro-Americanos (Carta de São Salvador)**. Disponível em: <[http://www.internationaldemocracywatch.org/attachments/230_Carta%20de%20la%20Organizacion%20de%20Estados%20centro-americanos%20\(ODECA\).pdf](http://www.internationaldemocracywatch.org/attachments/230_Carta%20de%20la%20Organizacion%20de%20Estados%20centro-americanos%20(ODECA).pdf)>. Acesso em 19 de janeiro de 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS Estados DO CARIBE ORIENTAL. **Tratado de Basseterre**. 18 de junho de 1981. Disponível em: <<https://www.oecs.org/lsu-resources?task=document.viewdoc&id=679>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

PANIZA, Alexandre de Lima. **Democracia e contratualismo nas concepções de Hobbes e Rousseau: uma abordagem histórica**. In: Revista Brasileira de Direito Constitucional, n. 3, p. 249-267. São Paulo: Método, 2004.

PICANÇO, Marcy; MALDOS, Paulo. **A democracia dos povos indígenas: Justiça e igualdade como desafios do cotidiano**. In: Revista “Porantim”. 2007. Disponível em: <<http://www.servicioskoinonia.org/agenda/archivo/portugues/obra.php?ncodigo=57>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

PLATÃO. **A República**. PEREIRA, Maria Helena da Rocha (introdução, tradução e notas). 9ª ed.

PODESTÁ COSTA, L.A. **Derecho internacional público – tomo I**. Buenos Aires, Tipográfica Editora Argentina, 1955.

PROTOCOLO SOBRE O ESTATUTO DA CORTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL. 16 de dezembro de 1920. Disponível em: <<http://www.worldlii.org/int/other/treaties/LNTSer/1921/96.html>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA. **Nota mediante a qual Venezuela denuncia a Convenção Americana de Direitos Humanos**. 06 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/esp/Nota_Republica_Bolivariana_de_Venezuela_al_SG_OEA.PDF>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Decreto no 592, de 6 de julho de 1992.** Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Decreto no 591, de 6 de julho de 1992.** Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

RIBEIRO, Jeancezar Ditz de Souza. **O Princípio da Igualdade nos Fundadores do Direito Internacional: A Contribuição de Samuel Puffendorf.** In: MENEZES, Wagner (org). Direito Internacional Clássico e seu Fundamento. Belo Horizonte: Editora Arraes, 2014.

ROLAND, Manoela C. **Direitos Humanos como Fundamentos de uma Nova Ordem Internacional.** In: Revista Direito, Estado e Sociedade, jul/dez 2011.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social.** São Paulo: Ed Cultrix, 2009.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada.** Volume II – As Questões Clássicas. AZEVEDO, Dinah de Abreu (trad.). São Paulo, Editora Ática, 1994.

SCHWARZENBERGER, Georg. **The Fundamental Principles of International Law.** In: Recueil des Cours. Academie de Droit International de la Haye, Volume 87 (1955-I).

SCOTT, James Brown. **Introduction.** In: SUAREZ, Francisco. Selections from three Works of Francisco Suarez, S. J. De Legibus, Ac Deo Legislatores, 1612; Defensio Fidei Catholicae, Et Apostolicae Adversus Anglicanae Sectae Errores, 1613; De Triplici Virtute Theologica. Fide, Spe, et Charitate, 1621. Tradução: WILLIAMS, Gwladys L; WALDRON, John e DAVIS. Henry. Washington: Carnegie Endowment for International Law, 1944.

SILVA, Fernando Fernandes da. **Direito Internacional e Consolidação Democrática.** In: Revista Brasileira de Direito Constitucional, v.3 (2004).

SISTEMA DE INTEGRAÇÃO CENTRO-AMERICANO. **Protocolo de Tegucigalpa à Carta de São Salvador**. 15 DE NOVENBRO DE 1995. Disponível em: <<https://www.sica.int/consulta/documento.aspx?idn=82677&IdEnt=401&idm=1>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Tratado Marco de Segurança Democrática na América Central**. 15 DE NOVENBRO DE 1995. Disponível em: <<http://www.sica.int/consulta/documento.aspx?Idn=82753&IdEnt=401&Idm=2>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

SMOLAREK, Adriano Alberto. e BARBOSA, Laise Milena. **A autodeterminação dos povos na jurisprudência da corte internacional de justiça: considerações acerca da implementação de casos paradigmáticos**. In: MENEZES, Wagner. (org). *Tribunais Internacionais e a implementação procedimental das suas decisões*. Cap. 27 (pp 405-424). Belo Horizonte: Arraes, 2018.

THE ECONOMIST. **The Economist Intelligence Unit's Democracy Index**. Disponível em <<https://infographics.economist.com/2018/DemocracyIndex/>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

TRATADO CONSTITUTIVO DO PARLAMENTO CENTRO-AMERICANO E OUTRAS INSTÂNCIAS POLÍTICAS. 28 de outubro de 1991. Disponível em: <<http://www.parlacen.int/Informaci%C3%B3nGeneral/MarcoPol%C3%AdticoyJur%C3%Addico/TratadoConstitutivo.aspx>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

TRATADO DE MONTEVIDÉU. 12 de agosto de 1980. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoeseventos/livros.html/legislacaotextosbasicos.html/tratadomontevideu.html>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

TRATADO DE MONTEVIDÉU. 18 de fevereiro de 1960. Disponível em: <[https://www3.nd.edu/~jbergstr/DataEIAs2006/FTA5yrData_files/PDF%20Files/Latin%20America/LAFTA%20-%20MONTEVIDEO%20TREATY%20\(1960\)%20\(Spanish\).pdf?fbclid=IwAR0ey7t1au6bxi9VHEO6TSNkSkZIpT9FGHqzpXNrMB93plRIDYwOLXUVHD8](https://www3.nd.edu/~jbergstr/DataEIAs2006/FTA5yrData_files/PDF%20Files/Latin%20America/LAFTA%20-%20MONTEVIDEO%20TREATY%20(1960)%20(Spanish).pdf?fbclid=IwAR0ey7t1au6bxi9VHEO6TSNkSkZIpT9FGHqzpXNrMB93plRIDYwOLXUVHD8)>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

TRATADO DE UNION, LIGA Y CONFEDERACIÓN PERPETUA ENTRE LAS REPÚBLICAS DE COLOMBIA, CENTRO AMÉRICA, PERÚ Y Estados UNIDOS MEXICANOS. 15 de julho de 1826. Disponível em <<https://www.dipublico.org/12355/tratado-de-union-liga-y-confederacion-perpetua-entre-las-republicas-de-colombia-centro-america-peru-y-estados-unidos-mexicanos-15-de-julio-de-1826-congreso-de-panama-1826/>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

TRATADO DE VERSALHES. 10 de janeiro de 1920. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20130518143316/http://libcudl.colorado.edu/wwi/pdf/i73728238.pdf>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

TRATADO GERAL DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA CENTRO-AMERICANA. 04 de junho de 1961. Disponível em: <[http://legislacion.asamblea.gob.ni/normaweb.nsf/\(\\$All\)/9330AFB547FCA42A062572C9007670C8?OpenDocument](http://legislacion.asamblea.gob.ni/normaweb.nsf/($All)/9330AFB547FCA42A062572C9007670C8?OpenDocument)>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

TRATADO INTERAMERICANO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA. 2 de setembro de 1947. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-25660-13-outubro-1948-322840-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO DO MERCOSUL. Laudo no procedimento excepcional de urgência solicitado pela República do Paraguai em relação à suspensão de sua participação nos órgãos do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e à Incorporação da Venezuela como membro pleno. Laudo n.º 01/2012. 21 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/file/440/1/laudo_01_2012_pt.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2019. §§. 1 e 2.

TRIEPEL, H.. Les rapports entre le droit interne et le droit international. **Recueil des Cours. Academie de Droit International de la Haye**. Volume 1 (1923-I).

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Os tribunais internacionais contemporâneos**. Brasília: FUNAG, 2013.

UNIÃO AFRICANA. **Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governança**. 30 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://archive.ipu.org/idd-E/afr_charter.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS. **Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas. 23 de maio de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7667.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS. **Declaração de La Moneda**. 15 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/DECL.2008.LAMONEDA.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **UNASUL/CJEG/DECISÃO/Nº 16/2012 sobre a Situação na República do Paraguai**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/DEC16.2012.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Declaração de Buenos Aires sobre a Situação no Equador**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/DECL.2010.EQUAD.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

_____. **Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da Unasul sobre Compromisso com a Democracia.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/PROT_COMP_DEM_PORT.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

UNIÃO EUROPEIA. **Tratado de Amsterdam.** 2 de outubro de 1997. Disponível em: <https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_of_amsterdam_pt.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

VARELLA, D. **Direito Internacional público.** 4.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. **Regionalismo.** In: Revista de la Secretaria del Tribunal Permanente del MERCOSUR, Año 1 (2013), n.º 1.

VARIABLES OF DEMOCRACY. **V-Dem.** Ferramenta de busca. Disponível em <<https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

VICENTINI, Marcelo Fonseca. **Integração Econômica – A experiência europeia e os desafios do MERCOSUL.** In: Revista de la Secretaria del Tribunal Permanente del MERCOSUR, Año 1 (2013), n.º 2.

VITORIA, Francisco de, 1486-1546. **Relecciones : sobre os índios e sobre o poder civil** / Francisco de Vitoria ; José Carlos Brandi Aleixo, organização e apresentação. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2016.

WRATIL, Christopher. **Democratic Responsiveness in the European Union: the Case of the Council.** In: *LSE 'Europe in Question' Discussion Paper Series.* Londres: *The London School of Economics and Political Science*, 2015. P. 18. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/european-institute/Assets/Documents/LEQS-Discussion-Papers/LEQSPaper94.pdf>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.